

HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES NO BRASIL: A EXIGÊNCIA DE UMA AGENDA DE VALORIZAÇÃO DA VIDA

Jorge Luiz Barbosa

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal Fluminense
jorgebarbosa@vm.uff.br

Desde 1980 mais de um milhão de pessoas foram vítimas de homicídios no Brasil. Estes assassinatos pouco sensibilizam a sociedade e as instituições, apesar do quadro de extrema gravidade. O crescimento contínuo da violência letal vem atingindo, sobretudo, aos adolescentes e jovens, em especial aos jovens negros do sexo masculino. Dos 56 mil homicídios registrados em 2012, 30 mil eram jovens de 15 a 29 anos. Sendo que 77 % deles eram jovens negros.

Desde 2007, o Observatório de Favelas elabora, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o UNICEF e o Laboratório de Análise da Violência (LAV) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Índice de Homicídios na Adolescência¹, criado a partir de estudos quantitativos, tendo como base as informações do DATASUS², em cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes.

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) para o período 2013/2019, publicação lançada em janeiro de 2015³, estima que se não houver ações públicas consistentes e duradouras para a mudança das condições vigentes, mais de 42 mil adolescentes entre 12 e 18 anos poderão ser vítimas de homicídio entre 2013 e 2019.

¹ O IHA estima, para cada grupo de 1.000 de adolescentes que completaram 12 anos, o número deles que não completará 19 anos, pois será vítima de homicídio.

² DATASUS – Sistema de Informação Epidemiológico do Ministério da Saúde.

³ CANO, Ignácio; BORGES, Dorian (Org.) Homicídios na Adolescência no Brasil – IHA 2012. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

A Região Nordeste apresenta maior incidência da violência letal contra adolescentes no país. Seguida pela Região Centro-Oeste e, logo após, aparece a Região Norte:

IHA por Regiões Brasileiras

Região	IHA – 2012	Nº esperado de homicídios entre 12 e 18 anos (de 2013 a 2019)
Região Nordeste	5,97	16.180
Região Centro-Oeste	3,74	3.575
Região Norte	3,52	3.908
Região Sul	2,44	3.854
Região Sudeste	2,25	14.323

Fonte: Homicídios na Adolescência no Brasil. Observatório de Favelas, 2014.

A distribuição geográfica dos homicídios de adolescentes assinala que tantos capitais como cidades médias – geralmente localizadas em regiões metropolitanas – se tornaram letais para jovens e adolescentes, como podemos observar no quadro a seguir:

IHA em dez municípios com mais de 200 mil habitantes

Ordem	Unidade da Federação	Município	IHA – 2012
1º	Bahia	Itabuna	17,11
2ª	Espírito Santo	Cariacica	10,47
3º	Espírito Santo	Serra	9,95
4º	Ceará	Fortaleza	9,92
5º	Bahia	Camaçari	9,82
6º	Alagoas	Maceió	9,37
7º	Ceará	Maracanaú	8,81
8º	Bahia	Vitória da Conquista	8,70
9º	Bahia	Salvador	8,32
10º	Espírito Santo	Vila Velha	8,22

Fonte: Homicídios na Adolescência no Brasil. Observatório de Favelas, 2014.

A violência letal contra os adolescentes articula desigualdades geracionais, raciais e de gênero, com implicações radicais em termos da distinção corpórea-territorial de direitos. Os homicídios atingem de forma mais contundente os adolescentes negros, do sexo masculino, moradores de favelas e periferias.

As condições de reprodução das desigualdades em relação ao direito à vida de jovens têm impulsionado a naturalização, a banalização e, muitas vezes, a legitimação destas mortes com a criminalização da juventude negra. O silêncio diante da escalada dos homicídios na adolescência e na juventude revela processos de hierarquização da cidadania e do próprio valor da vida. Processos que alimentam práticas que vão desde a indiferença até execução sumária de jovens por grupos paramilitares, traficantes e policiais.

Os resultados da 5ª edição do Índice de Homicídios na Adolescência apontam para a urgência da priorização do tema na agenda pública. A reversão do quadro apresentado exige, de imediato, a ruptura com a lógica de guerra imperante na política militarizada de segurança pública, associada à construção de ações públicas voltadas para a ampliação de direitos sociais que tenham a valorização da vida como seu princípio fundante.

A interrupção deste ciclo de violência exige que a Sociedade Civil e o Estado articulem esforços para a criação de políticas de redução da letalidade e que direcionem ações para os territórios com maior incidência de mortes violentas, priorizando os grupos mais atingidos e vulneráveis.

A luta pela aprovação do Projeto de Lei 4471/12⁴ e as mobilizações relacionadas à desmilitarização da polícia, da democratização do sistema de justiça e da política de desarmamento da sociedade certamente serão contribuições fundamentais para superação do cenário dramático da violência letal no Brasil.

Outra questão fundamental é o reconhecimento dos jovens como sujeitos políticos na construção de ações públicas de redução da violência, sobretudo da letal. É necessário romper com as perspectivas punitivas e repressoras de subalternização dos

⁴ O Projeto de Lei n. 4471/12 extingue o Auto de Resistência, obrigando que todas as mortes efetuadas pelas forças policiais no país sejam investigadas e que o agente autor do disparo chame assistência médica para a vítima.

jovens e investir na ampliação de suas potências criativas, especialmente da juventude negra de favelas e periferias urbanas.

Para avançarmos no enfrentamento da violência letal no Brasil também serão necessárias mudanças socioculturais significativas. Esse desafio envolve a disputa de representações e efetivação de práticas que nos permitam romper com as manifestações de intolerância, de preconceito e, sobretudo, com a perversa hierarquização do valor da vida. Nessa perspectiva, é preciso investir na construção de novas formas e conteúdos de convivência capazes de potencializar a construção de cidades radicalmente democráticas e essencialmente generosas com seu próprio futuro.